



Bradesco Seguros

Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. (Antiga denominação: Mediservice - Administradora de Planos de Saúde S.A.) CNPJ Nº 57.746.455/0001-78

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A., empresa integrante do Grupo Bradesco Seguros, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, as quais abrangem as normas instituídas pela própria Agência e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC quando referendados pela ANS, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho das Operações

A Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. apresentou, no exercício de 2014, uma arrecadação de R\$ 1,104 bilhão (R\$ 967,590 milhões no exercício de 2013), que representa um crescimento de 14,05% em relação ao ano anterior. A Mediservice, ao longo do exercício de 2014, intensificou a implementação de novas iniciativas que visam aprimorar os processos voltados para a administração de planos de pós-pagamento, com foco no oferecimento de novos produtos, soluções e serviços aos clientes, assim como na melhoria de resultado, além de projetos para o aumento da integração com a Bradesco Saúde, com geração de sinergias.

Resultado do Exercício

O resultado do exercício de 2014 atingiu R\$ 40,586 milhões (R\$ 30,305 milhões no exercício de 2013), apresentando crescimento de 33,93%.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

Principais Ações Estratégicas Realizadas

- Implantação do projeto "Meu Doutor": visa o oferecimento aos segurados de rede selecionada de clínicos gerais, com agendamento de consulta via *internet*, objetivando reforçar a relação médico-paciente e melhorar o padrão de atenção à saúde;
- Planos Administrados: intensificou o desenvolvimento de diversas iniciativas, visando aprimorar os processos voltados para a administração de planos na modalidade de pós-pagamento com foco no oferecimento de novos produtos e serviços aos clientes e na gestão de resultado;
- Rede Referenciada: ampliação da Rede Referenciada de prestadores de serviços médicos, especialmente de clínicas de especialidades médicas, bem como da quantidade de transações eletrônicas, para recepção e tratamento de contas médicas ambulatoriais e hospitalares;
- Acordos com a Rede Referenciada: introdução e repactuação dos procedimentos médicos gerenciados em vários estabelecimentos hospitalares que integram a Rede Referenciada de prestadores médicos. Ampliado o projeto de Segunda Opinião Médica para cirurgias, com vistas ao aumento da qualidade da saúde;
- Projeto OPME: objetiva ampliar acordos com a Rede Referenciada de hospitais para colocação de materiais de alto custo previamente negociados, contribuindo para o controle de despesas assistenciais; e
- Programas de Prevenção de Doenças e Promoção da Saúde: manutenção de programas que visam melhorar as condições de saúde dos segurados, pela ação preventiva sobre os principais fatores de risco da população, em conformidade com o programa aprovado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Riscos: operacional, crédito, mercado, subscrição e líquido

O Grupo Bradesco Seguros, em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui um departamento independente denominado de Estudos Atuariais e Gestão de Riscos. A estrutura operacional de gestão de riscos do departamento é especializada por tipo de risco/função, possibilitando uma visão integrada na gestão de riscos e o alinhamento com a estrutura do Banco Bradesco.

Estão inseridos, nesse contexto, o acultramento de gestão de risco e capital, nos vários níveis de atuação nas Empresas do Grupo, a difusão das Políticas e Normas Corporativas e Manual de Procedimentos Internos, visando ao monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, o Grupo possui o Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, que se reúne, trimestralmente, com o objetivo de aprovar estratégias, normas e procedimentos relacionados à Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, além de acompanhar, avaliar e definir alternativas de mitigação dos riscos específicos da atividade do Grupo e possíveis impactos na Organização Bradesco.

O Grupo Bradesco Seguros mantém níveis de capital de acordo com os requerimentos regulatórios.

Governança Corporativa

Em linha com as melhores práticas de governança corporativa, com base nos princípios de equidade e transparência na prestação de contas, o Grupo Bradesco Seguros busca permanentemente a eficiência dos modelos de gestão voltados a estimular a excelência dos processos, estruturas e mecanismos de monitoramento dos controles, visando assegurar melhoria na tomada de decisões e resguardar que as ações sejam norteadas de clareza e revestidas de adequada segregação de função.

Fundamental nesse modelo de atuação e objetivando potencializar a capacidade de formulação estratégica, o Grupo proporciona constantes ajustes nas estruturas de Comitês, que dão suporte à Administração, resguardando os mais elevados padrões éticos e de responsabilidade corporativa. O Grupo conta também com área de Ouvidoria para acolher opiniões, críticas e reclamações, que

são tratadas com confidencialidade, bem como com Código de Conduta Ética Setorial, disponível a todos os públicos com os quais se relaciona, e um canal de comunicação, objetivando recepcionar informações sobre violações aos princípios contidos no Código, demonstrando o compromisso constante em traçar, com clareza, as diretrizes e responsabilidades que devem pautar a atuação e orientar a conduta cotidiana dos profissionais que integram as empresas do Grupo.

Controles Internos e Compliance

Com base na política corporativa definida, e visando atender às determinações legais sobre o tema, a Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. prosseguiu com a avaliação e o aperfeiçoamento dos seus instrumentos, que integram o Sistema de Controles Internos do Grupo Bradesco Seguros.

Para obtenção e manutenção de conformidade às leis e aos regulamentos, o Grupo Bradesco Seguros verifica, diariamente, a publicação de novos normativos pelos Órgãos reguladores, informa as áreas envolvidas e acompanha a implementação tempestiva das ações necessárias, de forma a garantir que as práticas operacionais estejam aderentes.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Mediservice, com o compromisso constante de inibir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e à Corrupção em suas operações, atividades e relacionamentos, atua continuamente para assegurar a conformidade às regulamentações editadas pelos Órgãos competentes e, principalmente, cooperando com os esforços das autoridades governamentais, nacionais e internacionais, de controle para o enfrentamento dessas práticas.

Reafirmando esse compromisso, no exercício de 2014, a Mediservice aprimorou as ferramentas tecnológicas, os mecanismos de trabalho e os controles existentes, que são permanentemente reavaliados e fundamentais para o processo de detecção e comunicação das operações/ocorrências à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

A Mediservice adotou também ações norteadas no aprimoramento dos procedimentos, ferramentas tecnológicas e os controles existentes, que são permanentemente revisados e suportados pelo Comitê de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo e conferem segurança e transparência no processo de prevenção, detecção e comunicação das operações/ocorrências (de ofício e com indícios de suspeitas) ao órgão competente. Realiza ainda, treinamento do quadro de funcionários, e também por meio de treinamento à distância, disponibilização de cartilhas e realização de palestras sobre o tema.

Prevenção à Fraude

A Mediservice mantém-se vigilante em desestimular, prevenir, detectar e combater ocorrências que possam caracterizar indícios de cometimento de fraudes de qualquer natureza, assim como em minimizar riscos operacionais, legais e reputacionais aos quais a Companhia possa estar sujeita, caso venha a ser envolvida em tentativas para negócios ou práticas de fraudes.

Dada à importância do tema, a Companhia adota mecanismos de controles internos, como a disponibilização de canais de denúncia aos funcionários e à sociedade, para que possam relatar situações com indícios de cometimento dessa prática ilícita, e o acompanhamento e apuração, quando cabível, das operações que apresentam indícios de irregularidades.

Segurança da Informação

A informação é um dos elementos do negócio mais importante para a Mediservice. O zelo pela informação, no que tange a sua disponibilidade, integridade e confidencialidade, tem sido uma meta constante da governança da informação. Nessa linha, são analisadas as normas e os regulamentos de caráter interno e externo, que incidem em alterações nas instruções, riscos e controles de Segurança da Informação.

Diante desse compromisso, a Companhia tem realizado a disseminação da cultura, por meio da divulgação da Política e das Normas Corporativas de Segurança da Informação, da organização de palestras, cursos e da publicação de matérias nos canais internos de comunicação disponíveis, abordando os mais diversos tipos de assuntos sobre o tema, com o intuito de garantir a conformidade com as melhores práticas de Segurança da Informação disponíveis no mercado.

Plano e Gestão de Continuidade de Negócios

A Mediservice com a finalidade de assegurar o gerenciamento eficaz da continuidade de seus processos críticos/essenciais de negócios, principalmente aqueles voltados para relacionamento e atendimento aos clientes, implementou o Plano de Continuidade de Negócios – PCN, baseado em planejamento e testes periódicos dos planos de ação estabelecidos, que são ativados quando da ocorrência de um evento, independentemente de sua proporção, que interrompa a continuidade de suas operações, minimizando os efeitos de interrupções não programadas e maximizando o cumprimento com regulamentações legais.

Perspectivas e Planos da Administração para o ano de 2015

- Fortalecimento da distribuição de produtos nas novas sucursais e escritórios da Organização de Vendas do Grupo Bradesco Seguros, com o foco no produto SPG;
- Ampliação do leque de produtos e de serviços para o segmento de médias empresas;
- Continuidade da ampliação da Rede Referenciada e da base de distribuição de corretores, principalmente nos municípios do interior do Estado de São Paulo e nas Regiões Norte e Nordeste;
- Reavaliação tarifária dos produtos coletivos para novas vendas;
- Fortalecimento do programa "Meu Doutor", com ampliação de sua base geográfica e de especialidades; e
- Consolidação de parcerias com hospitais e serviços de diagnóstico que apresentem melhor relação de custo-efetividade.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos clientes, o apoio recebido do Órgão regulador e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

São Paulo, 28 de janeiro de 2015.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2014	2013
CIRCULANTE		555.965	489.547
Disponível		643	1.453
Realizável		555.322	488.094
Aplicações financeiras	4	358.255	318.055
Aplicações vinculadas a provisões técnicas		249.895	225.464
Aplicações não vinculadas		108.360	92.591
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	194.553	168.169
Contraprestação pecuniária a receber		182.799	157.150
Operadoras de planos de assistência à saúde		9.258	8.846
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		2.496	2.173
Créditos tributários e previdenciários	7	2.387	1.547
Bens e títulos a receber		92	210
Despesas antecipadas		35	113
ATIVO NÃO CIRCULANTE		10.542	8.092
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		9.980	7.733
Créditos tributários e previdenciários	7	6.215	4.205
Depósitos judiciais e fiscais	8	3.765	3.528
IMOBILIZADO	9	550	344
Imobilizado de uso próprio		481	256
Outras imobilizações		69	88
INTANGÍVEL		12	15
TOTAL DO ATIVO		566.507	497.639

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2014	2013
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde		1.103.560	967.590
Contraprestações líquidas		1.035.840	909.177
Receita com administração		67.720	58.413
(-)Tributos diretos de outras operações de assistência à saúde		(6.546)	(5.121)
Eventos indenizáveis líquidos		1.024.953	900.149
Eventos conhecidos		1.024.953	900.149
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		72.061	62.320
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		748	729
Receita de assistência à saúde não relacionada com plano de saúde da operadora		408	432
Receita com operações de assistência médico hospitalar - (SUS)		-	131
Outras receitas operacionais		408	301
Outras despesas operacionais	17(b)	(20.863)	(15.255)
Outras despesas de operações de assistência médico hospitalar		(17.604)	(13.579)
Programa de promoção da saúde e prevenção de riscos		(1.155)	(530)
Provisão para perdas sobre créditos		(2.104)	(1.146)
Resultado bruto		52.354	48.226
Despesas administrativas	17(a)	(27.650)	(26.015)
Resultado financeiro líquido	17(c)	37.919	23.879
Receitas financeiras		38.525	24.202
Despesas financeiras		(606)	(323)
RESULTADO OPERACIONAL		62.623	46.090
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		62.623	46.090
Imposto de renda	17(d)	(16.446)	(11.494)
Contribuição social	17(d)	(6.198)	(4.319)
Impostos diferidos	17(d)	2.009	788
Participações sobre o lucro		(1.402)	(760)
Resultado líquido do exercício		40.586	30.305
Quantidade de ações		93.281.729	93.281.729
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		0,44	0,32

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	40.586	30.305
Total do resultado abrangente do exercício	40.586	30.305

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros Reserva estatutária	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2013	204.500	1.946	39.659	-	246.105
Aumento de capital:					
AGE de 30/07/2013	50.000	-	-	-	50.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	30.305	30.305
Dividendos propostos (R\$ 3,09 por lote de mil ações)	-	-	-	(288)	(288)
Destinação do lucro líquido	-	1.515	28.502	(30.017)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	254.500	3.461	68.161	-	326.122
Lucro líquido do exercício	-	-	-	40.586	40.586
Dividendos propostos (R\$ 4,13 por lote de mil ações)	-	-	-	(386)	(386)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	2.029	38.171	(40.200)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	254.500	5.490	106.332	-	366.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS *(Em milhares de reais)*

1 Contexto operacional
 Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de junho de 2014, foi deliberada a alteração da razão social da Mediservice Administradora de Planos de Saúde S.A. para Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A.
 A Companhia é uma subsidiária do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada a operar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, exercendo a atividade de Medicina de Grupo, que tem por objeto social: a) operar planos de assistência à saúde coletivos e planos de assistência odontológica; b) desenvolver atividades de prevenção de riscos e doenças e de promoção da saúde, inclusive por meio de assessoria em soluções assistenciais, gestão de programas de saúde, de atenção continuada, medicina ocupacional, prevenção de acidentes do trabalho, reembolso e desconto de medicamentos em farmácias; c) prestar serviços relacionados à operação de assistência à saúde, como serviços de apoio para integração entre sistemas de recursos humanos e de informações sobre assistência à saúde, aluguel e compartilhamento de rede de prestadores de serviços médicos e intermediação de contratação de rede entre operadoras. O endereço da sede da Companhia é Avenida Ipiranga nº 210, 11º e 12º andar, São Paulo.
 A Companhia é controlada diretamente pela Bradesco Saúde S.A. e em última instância pelo Banco Bradesco S.A. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns, são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.
 Essas demonstrações contábeis foram aprovadas em Reunião da Diretoria em 28 de janeiro de 2015.

2 Resumo das principais políticas contábeis
 As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação
 As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 322/2013 e atualizada pela Resolução Normativa 344/2013.

b. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional
 As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, exceto para os ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
 A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos
 A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas 4 – Aplicações; 6 – Créditos tributários e previdenciários; 9 – Provisões técnicas e 12 – Provisões incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

d. Aplicações e Instrumentos financeiros
 A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC’s 38, 39, 40 e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação, descritas a seguir:

(i) Disponível (Caixa e equivalentes a caixa)
 São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(ii) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado
 Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

(iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento
 Caso a Administração tenha a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.

(iv) Ativos financeiros disponíveis para venda
 Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

(v) Determinação do valor justo
 O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de taxas média do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são similares, análise do fluxo de caixa descontado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

(vi) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros
 Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(vii) Instrumentos financeiros derivativos
 A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, exclusivamente, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BM&FBOVESPA.
 Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado, e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.
 Para instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na BM&FBOVESPA e no mercado secundário doméstico. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo de taxa de juros.
 O monitoramento das operações no mercado de derivativos é feito pelo gestor dos fundos, de forma ativa, através da mensuração do risco por meio do *Value at Risk (Var)*.

(viii) Empréstimos e recebíveis
 Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas “Créditos de operações com planos de assistência à saúde” e “Bens e Títulos a receber” que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perda por redução ao valor recuperável.

e. Créditos de operações com planos de assistência à saúde
 São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de contraprestação efetivas de operações de assistência à saúde, provenientes de contratos vigentes na data do balanço e pelos valores a receber referentes a ressarcimentos de eventos. A Companhia constitui provisão para riscos de crédito sobre os valores pendentes de recebimento por mais de 90 dias.

f. Imobilizado
 O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios.
 O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.
 Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período.
 Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.
 A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas para os exercícios correntes e comparativos: 10 % a.a. para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e 20% a.a. para equipamentos de informática.

g. Intangíveis
Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por *impairment*.
 Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

h. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde
 A totalidade da Provisão de eventos/sinistros a liquidar é baseada nos avisos de cobrança dos serviços médico-hospitalares e odontológicos realizados pelos prestadores de serviços, efetivamente recebidos pela Companhia até a data-base do balanço.

i. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
(i) Ativos contingentes
 Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados.

(ii) Passivos contingentes
 São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável ou que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

(iii) Obrigações legais
 As obrigações fiscais e previdenciárias decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

j. Benefícios a empregados
(i) Obrigações de curto prazo
 As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e registradas em contrapartida do resultado à medida que o respectivo serviço é prestado.

(ii) Obrigações por aposentadorias
Plano de contribuição definida
 A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição variável, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento Exclusivo (FIE). As obrigações atuariais do PGBL estão integralmente cobertas pelo FIE correspondente.
 O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A.
 As contribuições dos funcionários e administradores são equivalentes a 4% do salário. As contribuições da Companhia passaram de 4% para de 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez).
 As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando são incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Companhia, na qualidade de empregador, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

(iii) Outras obrigações pós-emprego
 Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários por um período de 3 meses a 6 meses da data de desligamento.

(iv) Outros benefícios de curto prazo
 Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e Administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

k. Imposto de renda e contribuição social
 O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

l. Resultado
 O resultado é apurado pelo regime de competência.
 As contraprestações e os eventos de planos de assistência à saúde, na modalidade de pós-pagamento, são reconhecidos a partir do aviso de cobrança dos serviços médico-hospitalares e odontológicos realizados pelos prestadores de serviços. As receitas relacionadas à taxa de administração dos planos de assistência à saúde são reconhecidas mensalmente considerando as disposições contratuais.
 A participação dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria, sendo reconhecida no resultado de acordo com as metas estipuladas pelo Grupo Bradesco Seguros.

m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas
 Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se a IFRS 9 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.
 A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
 IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, substituirá a orientação sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2017.
 Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliadas e serão concluídas até a data da entrada em vigor da norma.

3 Gerenciamento de riscos

a. Introdução
 A Companhia está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros da Companhia.
 Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.
Estrutura de gerenciamento de risco
 O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia.
 Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado.
 No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, funcionários, colaboradores, fornecedores, etc., bem como monitorar os níveis de capital requerido, agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas. Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos.
 Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos, voltados a estas atividades.
 O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas).
 Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometem sua correta identificação e mensuração.
 A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos permite que os riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.
 Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum constante de alto nível, sobre o tema com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo estuda todos os riscos (crédito, mercado, liquidez e operacional), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.
 Adicionalmente, existem os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de subscrição
 O risco de subscrição advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes na definição das premissas para fins de precificação.
 O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, o Departamento de Estudos Atuariais e Gestão de Riscos, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, tem como uma de suas principais atribuições o desenvolvimento de modelo interno para o cálculo do capital adicional baseado no risco de subscrição.

c. Risco de crédito
 O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.
Gerenciamento do risco de crédito
 O gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.
 Esse gerenciamento de risco inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's* entre outras. Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, devidamente avaliados pelas estruturas de gestão de riscos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco.
 No que tange às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo visto que mais que 95% dessas aplicações estão classificadas na carteira de *rating* AAA como demonstrado abaixo:

Ativos Financeiros/ <i>Rating</i>	AAA	AA	A	Sem <i>rating</i>	Total
Valor justo por meio do resultado	351.415	641	4.698	1.501	358.255
Título de Renda Fixa Privado	57.425	641	4.698	1.501	64.265
Título de Renda Fixa Público	293.990	-	-	-	293.990

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* AAA uma vez que a contraparte é o governo federal. Trimestralmente, são realizadas as reuniões dos Comitês Executivos de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros e de Gestão de Risco de Crédito do Banco Bradesco, para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório e aprimoramento nos processos de gestão.

d. Risco de liquidez
 Risco de Liquidez é a possibilidade de não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.
 O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.
Exposição ao risco de liquidez
 O risco de liquidez é gerenciado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos da Companhia. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos alta exigência de liquidez.

Ativo	Prazo estimado de realização				Total
	0 - 3 meses ou sem vencimento definido	6 - 9 meses	1 - 5 anos	Acima de 5 anos	
Disponível	643	-	-	-	643
Aplicações (*)	163.737	78.935	103.649	11.934	358.255
Créditos de operações com					
planos de assistência à saúde	194.553	-	-	-	194.553
Bens e títulos a receber	67	-	-	-	67
Despesas antecipadas	35	-	-	-	35
Depósitos judiciais e fiscais	3.765	-	-	-	3.765
Total Ativo	362.800	78.935	103.649	11.934	557.318

Passivo	Prazo estimado de realização		
	0 - 3 meses ou sem vencimento definido		Total
Provisões técnicas.....		138.090	138.090
Outros débitos das operações de assistência à saúde.....		3.345	3.345
Tributos e contribuições		8.023	8.023
Débitos diversos		36.590	36.590
Provisões judiciais.....		14.137	14.137
Total Passivo.....		200.185	200.185

(*) Nas aplicações financeiras foram consideradas as datas de vencimento dos títulos e valores mobiliários.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam a Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

e. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo, realizado de forma corporativa, é aprovado pelo Conselho de Administração e reavaliado anualmente pelos comitês abaixo descritos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimento financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros.

Modelos de mensuração do risco de mercado

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impacto sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente prejuízo contábil.

Análise de Sensibilidade de Risco de mercado

A Companhia possui exposição em ativos financeiros em indexadores prefixados considerado de baixo risco principalmente de operações compromissadas. Sendo assim o choque proveniente do deslocamento de 1 ponto base na curva mais o efeito fiscal geram impactos em resultado e PL menor que R\$ 1 mil.

f. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do Risco Operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Risco Operacional e de Continuidade de Negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital; e
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes de risco operacional, assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando à redução dos impactos, ao menor custo; e
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

Gerenciamento de Capital

O processo de gerenciamento de Capital é realizado de forma corporativa, visando proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos do Grupo Bradesco Seguros, levando em consideração o ambiente econômico e comercial onde atua. Este processo é compatível com a natureza das operações, complexidade e especificidade de cada produto e serviços no mercado de atuação do Grupo associado à dimensão da exposição a riscos.

O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma contínua e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer face aos riscos, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, em atendimento aos requerimentos regulatórios e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

O Grupo Bradesco Seguros acompanha de maneira permanente os limites requeridos pelo respectivo órgão regulador.

g. Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

4 Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações

	2014		%		2013		%	
	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem
Títulos a valor justo por meio do resultado	358.255	100,00	318.055	100,00				
Títulos de renda fixa - fundos de investimento.....	358.255	100,00	318.055	100,00				

b. Composição das aplicações por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naquele fundo.

	2014							
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido			Acima de 360 dias	Valor contábil/Valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo	
	31 a 180 dias	181 a 360 dias	360 dias					
Valor justo por meio do resultado	50.126	113.611	78.935	115.583	358.255	358.246	9	
Letras financeiras do tesouro	-	113.112	78.250	100.349	291.711	291.739	(28)	
Nota do tesouro nacional – operação compromissada	44.803	-	-	-	44.803	44.806	(3)	
Letras financeiras de emissores privados	3.044	499	685	11.659	15.887	15.851	36	
Debêntures	-	-	-	3.575	3.575	3.571	4	
Letras do tesouro nacional	2.279	-	-	-	2.279	2.279	-	
Total	50.126	113.611	78.935	115.583	358.255	358.246	9	

	2013							
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido			Acima de 360 dias	Valor contábil/Valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo	
	31 a 180 dias	181 a 360 dias	360 dias					
Valor justo por meio do resultado	10.385	5.259	103.706	198.705	318.055	317.945	110	
Letras financeiras do tesouro	-	829	91.926	184.336	277.091	277.053	38	
Letras financeiras de emissores privados ..	-	2.668	11.197	5.707	19.572	19.525	47	
Nota do tesouro nacional – operação compromissada	7.698	-	-	-	7.698	7.698	-	
Debêntures	-	44	247	5.565	5.856	5.853	3	
Certificados de depósitos bancários.....	2.120	1.718	60	-	3.898	3.898	-	
Letras do tesouro nacional	-	-	-	3.097	3.097	3.076	21	
Quotas de fundos de investimento	567	-	-	-	567	567	-	
Depósito em garantia especial	-	-	276	-	276	275	1	
Total	10.385	5.259	103.706	198.705	318.055	317.945	110	

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2014	2013
Total das provisões técnicas	138.090	134.114
Quotas de fundos de investimentos	249.895	225.464
Suficiência.....	111.805	91.350

d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2: *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	2014			2013		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	293.990	64.265	358.255	280.188	37.867	318.055
Letras financeiras do tesouro	291.711	-	291.711	277.091	-	277.091
Letras financeiras de emissores privados	-	15.887	15.887	-	19.572	19.572
Notas do tesouro nacional - operação compromissada.....	-	44.803	44.803	-	7.698	7.698
Debêntures	-	3.575	3.575	-	5.856	5.856
Certificados de depósitos bancários.....	-	-	-	-	3.898	3.898
Letras do tesouro nacional.....	2.279	-	2.279	3.097	-	3.097
Quotas de fundos de investimento	-	-	-	-	567	567
Depósito em garantia especial	-	-	-	-	276	276
Total	293.990	64.265	358.255	280.188	37.867	318.055

e. Movimentação das aplicações financeiras

	2014	2013
Saldo em 1º de janeiro	318.055	249.198
(+) Aplicações.....	961.584	894.067
(-) Resgates.....	(958.898)	(848.845)
(+) Rendimentos - ativos a valor justo por meio do resultado	37.514	23.635
Saldo em 31 de dezembro	358.255	318.055

f. Desempenho

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). Em 2014, o desempenho global dos ativos financeiros atingiu 101,07 % do CDI no acumulado do exercício, em relação ao referido *benchmark*.

5 Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia possuía em fundos de investimentos contratos futuros de DI, sendo que os diferenciais a pagar ou a receber dos contratos futuros são liquidados diariamente. O objetivo de atuação no mercado de derivativos, seja através de posições ativas ou proteção (*hedge*) de valor justo, visa administrar a exposição a riscos de mercado, de moeda ou taxa de juros e proteção das posições detidas à vista.

Fundo de investimento	Ano de			Tipo de	Valor de
	Mercadoria (*)	Quantidade	vencimento		
União	DI1	23	2015	Venda	(2.278)
Total União.....					(2.278)

(*) Contrato futuro de taxa média de depósito interfinanceiro de 1 dia.

No exercício de 2014 o resultado derivativo foi de R\$ 3. Em 2013, não houve resultado com derivativos.

6 Contraprestação pecuniária a receber

a. Contraprestações por faixa de vencimento

	2014	2013
Total a vencer até 30 dias	144.923	146.640
Total Vencidos:		
Até 30 dias	31.656	17.936
De 31 a 120 dias	18.233	4.396
Acima de 121 dias	3.529	881
Total vencidos	53.418	23.213
Provisão para risco de crédito	(3.788)	(1.684)
Total	194.553	168.169

b. Movimentação de contraprestações a receber

	2014	2013
Saldo em 1º de janeiro	168.169	125.055
(+) Contraprestações emitidas	1.036.503	908.844
(+) Taxa de Administração e de implantação.....	68.445	59.284
(-) Recebimentos.....	(1.076.460)	(923.868)
(-) Constituição de provisão de perda	(2.104)	(1.146)
Saldo em 31 de dezembro	194.553	168.169

a. Créditos tributários e previdenciários líquidos

	2014			2013		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Créditos tributários diferidos (1)...	-	6.215	6.215	-	4.205	4.205
Impostos a compensar	2.387	-	2.387	1.547	-	1.547
Total	2.387	6.215	8.602	1.547	4.205	5.752

(i) Movimentação dos créditos tributários diferidos

	Saldo em 2013			Saldo em 2014		
	Constituição	Realização		Constituição	Realização	
Provisão para contingências cíveis	3.045	1.220	(472)	3.793		
Provisão para participação lucros empregados	288	384	(288)	384		
Provisão para contingências trabalhistas	213	227	(52)	388		
Provisão para riscos de crédito	571	1.445	(733)	1.283		
Outros	88	600	(321)	367		
Total	4.205	3.876	(1.866)	6.215		

	Saldo em 2012			Saldo em 2013		
	Constituição	Realização		Constituição	Realização	
Provisão para contingências cíveis	2.453	1.486	(894)	3.045		
Provisão para participação lucros empregados	387	288	(387)	288		
Provisão para contingências trabalhistas	192	109	(88)	213		
Provisão para riscos de crédito	178	569	(176)	571		
Outros	207	88	(207)	88		
Total	3.417	2.540	(1.752)	4.205		

(ii) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2015	1.098	395	1.493
2016	461	166	627
2017	381	137	518
2018	317	114	431
2019 em diante.....	2.313	833	3.146
Total	4.570	1.645	6.215

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários monta a R\$ 5.598.

8 Depósitos judiciais e fiscais

	2014	2013
INSS – contribuição SESC/SENAC.....	1.835	

11 Tributos e contribuições a recolher

	2014	2013
Retenção de impostos e contribuições.....	5.792	4.452
Imposto de renda.....	1.110	1.080
Contribuição social.....	535	467
ISS.....	267	271
Contribuições previdenciárias.....	136	171
FGTS a recolher.....	109	37
COFINS.....	50	19
PIS.....	24	3
Total	8.023	6.500

12 Débitos diversos

	2014	2013
Depósito de terceiros (i).....	32.729	12.343
Obrigações com pessoal.....	1.924	1.645
Fornecedores.....	1.259	551
Partes Relacionadas (Nota 16).....	678	476
Total	36.590	15.015
(i) <i>Aging</i>		
De 1 a 30 dias.....	27.633	10.969
De 31 a 180 dias.....	3.842	1.325
De 181 a 360 dias.....	1.053	49
Superior a 360 dias.....	201	-
Total	32.729	12.343

13 Provisões

A Administração da Companhia entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado a obrigação legal em discussão judicial é mantido até a definição da ação.

(i) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados e depositados judicialmente. A principal discussão está detalhada abaixo: SESC/SENAC e SEBRAE - Discute a incidência da contribuição social destinada ao custeio do SESC/SENAC e SEBRAE, instituída pelo Artigo 3º do Decreto-Lei nº 9.853/1946 e Artigo 4º do Decreto-Lei nº 8.621/1946, à alíquota de 1% incidente sobre a folha de pagamento da Companhia, sob o argumento de que não se enquadra dentro os contribuintes do tributo. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2014 monta a R\$ 1.834 (R\$ 1.757 em 2013).

(ii) Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisões é constituída com base no valor médio apurado pela totalidade dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses, considerando o ano de ajuizamento.

(iii) Processos cíveis

Referem-se a estimativa global de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia.

(iv) Movimentação das provisões judiciais

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2014.....	1.757	627	8.957	11.341
Constituições.....	-	669	3.590	4.259
Reversões.....	(15)	(152)	(1.388)	(1.555)
Atualização monetária.....	92	-	-	92
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.834	1.144	11.159	14.137

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2013.....	1.684	566	7.214	9.464
Constituições.....	-	319	4.371	4.690
Reversões.....	-	(258)	(2.628)	(2.886)
Atualização monetária.....	73	-	-	73
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.757	627	8.957	11.341

14 Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 93.281.729 ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal (93.281.729 em 2013).

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

Os dividendos foram calculados conforme se segue:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	40.586	30.305
Constituição da reserva legal.....	(2.029)	(1.515)
Base de cálculo dos dividendos	38.557	28.790
Dividendos propostos no exercício.....	386	288
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	1,00%	1,00%

b. Atos societários

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de junho de 2014, foi aprovado a alteração parcial do Estatuto Social quanto a modificação da denominação social da Mediservice Administradora de Planos de Saúde S.A. para Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A.

c. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

15 Patrimônio líquido ajustado e margem de solvência

A seguir detalhamos o cálculo do patrimônio líquido ajustado e margem de solvência na data-base:

Patrimônio líquido contábil	366.322
(+) Obrigações legais (*).....	1.321
(-) Despesas antecipadas.....	35
(-) Intangível.....	12
Patrimônio líquido ajustado	367.596
Margem de solvência	
(A) 0,20 vezes de 50 % das contraprestações - Últimos 12 meses.....	103.584
(B) 0,33 vezes de 50 % da média de eventos indenizáveis - Últimos 36 meses.....	145.928
Maior entre (A) e (B)	145.928
Suficiência	221.668

(*) De acordo com a Instrução Normativa ANS 50/2012, o montante de obrigações legais refere-se ao saldo contábil de provisões judiciais, fiscais e tributárias, em 31 de dezembro de 2014, deduzindo das baixas realizadas em períodos subsequentes aquela data.

16 Transações e saldos com partes relacionadas

	2014	2013	2014	2013
Ativo	45.338	9.097	(50.249)	(38.245)
Disponibilidades	535	1.399		
Banco Bradesco S.A. (controlador final).....	535	1.399		
Aplicações	44.803	7.698		
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (c).....	44.803	7.698		
Passivo	7.567	4.187		
Obrigações a pagar	292	188		
Bradesco Seguros S.A. (controladora indireta).....	292	188		
Dividendos a pagar	386	288		
Bradesco Saúde S.A. (controladora direta).....	386	288		
Sinistros a pagar	6.889	3.711		
Fleury S.A. (investida do Grupo Bradesco).....	6.889	3.711		
Total (Ativo - Passivo)	37.771	4.910	(50.249)	(38.245)

(a) O rateio das despesas administrativas compartilhadas é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros.

(b) Refere-se à prestação de serviço de processamento de informações relativas a eventos.

(c) Refere-se a operações compromissadas.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social. Em 2014, foi determinado o valor máximo de R\$ 108 para a remuneração dos Administradores.

17 Detalhamento das contas de resultado

a. Despesas administrativas

	2014	2013
Despesas com pessoal próprio.....	(11.848)	(11.586)
Ordenados.....	(6.658)	(6.126)
INSS/FGTS.....	(2.158)	(2.139)
Planos de previdência privada.....	(171)	(504)
Outras.....	(2.861)	(2.817)
Despesas com serviços de terceiros.....	(8.507)	(5.398)
Despesas com localização e funcionamento.....	(3.916)	(6.503)
Despesas com publicações.....	(985)	(835)
Despesas com donativos e contribuições.....	(1.630)	(300)
Despesas com taxa de saúde suplementar.....	(641)	(700)
Outras.....	(123)	(693)
Total	(27.650)	(26.015)

b. Outras despesas operacionais

	2014	2013
Despesas com encargos sociais.....	(9.166)	(7.960)
Materiais diversos.....	(1.179)	(738)
Reversão/(constituição) de provisão para perdas sobre créditos.....	(2.104)	(1.146)
Programa PROMOPREV.....	(1.155)	(530)
Despesa c/ condenações judiciais.....	(3.086)	(2.310)
Despesas com serviços de terceiros.....	(4.173)	(2.571)
Total	(20.863)	(15.255)

c. Resultado financeiro

	2014	2013
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa.....	37.953	23.762
Atualização monetária de créditos tributários.....	184	184
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais.....	63	19
Outras receitas financeiras.....	325	237
Subtotal	38.525	24.202
Despesas financeiras		
Despesas com títulos de renda fixa.....	(439)	(127)
Atualização monetária de contingências passivas.....	(92)	(73)
Outras despesas financeiras.....	(75)	(123)
Subtotal	(606)	(323)
Total	37.919	23.879

d. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2014	2013
Impostos diferidos		
Constituição no exercício sobre adições temporárias.....	2.009	788
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(22.644)	(15.813)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(20.635)	(15.025)

18 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2014	2013
Resultado antes de impostos e participações.....	62.623	46.090
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 9%, respectivamente.....	(21.292)	(15.671)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações no lucro.....	477	258
Receitas não tributáveis, líquidas de despesas indedutíveis.....	(574)	(125)
Outros.....	754	513
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(20.635)	(15.025)
Alíquota efetiva	32,95%	32,60%

19 Outras informações

a. Em 14 de maio de 2014, foi promulgada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, a Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- Revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- Tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente da participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- Parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515, de 24 de novembro de 2014 e 1.520, de 4 de dezembro de 2014. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

b. Relatório do comitê de auditoria

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador final) em 04 de fevereiro de 2015, nos jornais Valor Econômico, Diário Oficial do Estado de São Paulo e Jornal do Commercio do Rio de Janeiro.

DIRETORIA

Marcio Serôa de Araujo Coriolano	Diretor-Presidente		
Ivan Luiz Gontijo Júnior	Diretor Gerente	Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	Diretor
Randal Luiz Zanetti	Diretor Gerente	Manoel Antonio Peres	Diretor
Enrique Adan Y Coello	Diretor	Sérgio Azoury Galvão	Diretor
Flávio Bitter	Diretor	Vinicius José de Almeida Albernaz	Diretor
			Getúlio Antônio Guidini
			Contador CRC-1RS034447/O-7S-SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.